

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - CAMPUS ZÉ DOCA  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

**CARLIENE GOMES PACHECO**

**AS AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ALUNOS COM TEA:** uma reflexão sobre a  
realidade de escolas municipais de Zé Doca - MA

Zé Doca - MA

2024

**CARLIENE GOMES PACHECO**

**AS AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ALUNOS COM TEA:** uma reflexão sobre a  
realidade de escolas municipais de Zé Doca - MA

Trabalho apresentado para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas para apreciação e aprovação como requisito da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Campus Zé Doca.

Orientador Prof. Me.: Robson de Macêdo Cunha

Zé Doca - MA

2024

Pacheco, Carliene Gomes.

As ações pedagógicas para alunos com TEA: uma reflexão sobre a realidade de escolas municipais de Zé Doca - MA / Carliene Gomes Pacheco - Zé Doca, 2024.

43 f.

TCC (Curso de Ciências Biológicas Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Zé Doca, 2024.

Orientador: Prof. Me. Robson de Macêdo Cunha.

1. Ações pedagógicas; 2. Inclusão escolar; 3. TEA. I. Título.

CDU: 616.896(812.1)

CARLIENE GOMES PACHECO

**AS AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ALUNOS COM TEA:** uma reflexão sobre a  
realidade de escolas municipais de Zé Doca - MA

Aprovada em:

15 de janeiro de 2024

**BANCA EXAMINADORA**



**1º Examinador: Prof. Orientador Robson de Macêdo Cunha (UEMA)**

Mestre em Linguística Aplicada (UNITAU)



**2º Examinador: Prof. Danilo Silva dos Reis (UEMA)**

Especialista em Psicopedagogia Institucional, Gestão e Supervisão Escolar (FAEME)



**3º Examinador: Prof.ª Lina Kelly Rodrigues Ferreira (UEMA)**

Especialista em Educação Especial e Inclusiva (UEMA)

Zé Doca - MA

2024

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, que me deu forças para vencer todas as dificuldades ao longo do caminho. Em especial a minha mãe que é minha maior fonte de inspiração e a toda minha família que estiveram comigo ao longo dessa jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus, cuja graça e orientação foram fundamentais ao longo desta jornada acadêmica. A Ele, agradeço por me conceder forças e coragem para prosseguir.

Quero dedicar este parágrafo à minha família, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Cada conquista é um reflexo do amor, apoio e sacrifício de vocês. Em especial, à minha mãe, cujo carinho e guia foram minha luz nos momentos mais sombrios.

Minha gratidão se estende aos meus amigos, verdadeiros companheiros de jornada, que estiveram ao meu lado nos momentos difíceis, compartilhando risos e lágrimas. Agradeço a todos que fazem parte da minha vida, moldando-me e contribuindo para a pessoa que sou hoje.

Ao meu namorado, agradeço por seu constante apoio e incentivo, mesmo à distância, mas sempre esteve ao meu lado durante o meu percurso acadêmico.

Ao meu orientador, expresso minha sincera gratidão pelo conhecimento compartilhado, pela experiência transmitida e pelos valiosos momentos de aprendizagem proporcionados ao longo deste trabalho.

Também quero agradecer à Universidade Estadual do Maranhão, campus Zé Doca, e todo corpo docente que demonstrou estar comprometido com a qualidade e excelência do ensino.

Por fim, eu agradeço a todos aqueles que me ajudaram e estiveram presentes durante a realização desta difícil jornada, meu mais profundo agradecimento. Cada um de vocês desempenhou um papel essencial, e esta conquista é compartilhada com todos que fizeram parte deste percurso.

*“Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso!  
Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o  
seu Deus, estará com você por onde você andar”.*

*(Josué 1:9)*

## LISTA DE SIGLAS

- ABA - Análise do Comportamento Aplicada
- AEE - Atendimento Educacional Especializado
- CAA - Comunicação Aumentativa e Alternativa
- CAO - Centro de Apoio Operacional
- CEAMEE - Centro de Atendimento Multidisciplinar da Educação Especial
- CIPTEA - Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
- DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
- IDEIA - Lei Educacional para Indivíduos com Deficiência
- MPMA - Ministério Público do Maranhão
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- PIPD - Proteção à Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência
- TEA - Transtorno do Espectro Autista
- UDL - Universal Design for Learning



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Tabela 1:</b> Documentos norteadores sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil...	18
<b>Imagem 1:</b> Exemplo de Carteira de Identificação do Autista.....	21
<b>Imagem 2:</b> Cartões de comunicação com símbolos gráficos .....	24

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Você possui conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)? .....33
- Gráfico 2** - Como você avalia o seu nível de conhecimento em relação ao Transtorno do Espectro Autista? .....33
- Gráfico 3** - Como são realizadas as ações pedagógicas para alunos com TEA na sua escola? .....34

## RESUMO

Este trabalho apresenta de maneira abrangente a questão da Educação Especial e Inclusiva, concentrando-se nas ações pedagógicas para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas municipais de Zé Doca - MA. A pesquisa identifica o autismo como um transtorno que se manifesta de forma variada, com sintomas que podem surgir em idades distintas, desde dificuldades precoces, como déficits no contato visual, até desafios mais tardios na comunicação e interação social. Além disso, destaca-se a diversidade no espectro autista, onde os sintomas podem variar de leves a graves e afetar cada indivíduo de maneira singular, fundamentados nos estudos de Almeida (2022), Brasil (2012), Coelho (2019), Dwason (2018), Farias (2019), Franco (2018), Oliveira (2021), Ribeiro (2019, 2022) entre outros. O trabalho teve como objetivo analisar a realidade da inclusão escolar de crianças autistas, identificar direitos legais, investigar procedimentos facilitadores e avaliar a preparação dos educadores para receber e atender esses alunos. A reflexão foi direcionada à efetividade das ações pedagógicas em escolas, buscando contribuir para práticas mais inclusivas e eficazes. A questão norteadora concentrou-se na investigação do papel das ações pedagógicas no aprendizado e desenvolvimento de alunos com esse transtorno. O estudo destacou a urgência de melhorar as práticas educacionais nas escolas municipais para alunos autistas e a falta de capacitação dos professores que cria lacunas no sistema educacional local. É crucial implementar programas de formação contínua para os educadores, adaptando seus métodos às necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista por meio da conscientização na comunidade escolar como em palestras, materiais educativos e envolvimento dos pais. Superar esses desafios exigirá esforços conjuntos de instituições educacionais, professores, profissionais de saúde e comunidade, visando transformar a realidade das escolas públicas e garantir uma educação inclusiva e equitativa para todos os alunos.

**Palavras-chaves:** ações pedagógicas; inclusão escolar; TEA.

## ABSTRACT

This work comprehensively addresses the issue of Special and Inclusive Education, focusing on pedagogical actions for students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in municipal schools in Zé Doca - MA. The research identifies autism as a disorder that manifests in diverse ways, with symptoms that can emerge at different ages, from early difficulties such as deficits in eye contact to later challenges in communication and social interaction. Additionally, it highlights the diversity within the autistic spectrum, where symptoms can range from mild to severe and affect each individual uniquely, grounded in studies by Almeida (2022), Brasil (2012), Coelho (2019), Dwason (2018), Farias (2019), Franco (2018), Oliveira (2021), Ribeiro (2019, 2022), among others. The aim of the work was to analyze the reality of the school inclusion of autistic children, identify legal rights, investigate facilitative procedures, and assess the readiness of educators to receive and support these students. The reflection was directed towards the effectiveness of pedagogical actions in schools, seeking to contribute to more inclusive and effective practices. The guiding question focused on investigating the role of pedagogical actions in the learning and development of students with this disorder. The study emphasized the urgency of improving educational practices in municipal schools for autistic students and the lack of teacher training that creates gaps in the local educational system. It is crucial to implement continuous training programs for educators, adapting their methods to the needs of students with Autism Spectrum Disorder through awareness in the school community, such as through lectures, educational materials, and involving parents. Overcoming these challenges will require joint efforts from educational institutions, teachers, healthcare professionals, and the community, aiming to transform the reality of public schools and ensure inclusive and equitable education for all students.

**Keywords:** pedagogical actions, school inclusion, ASD.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>Diretrizes governamentais sobre o TEA .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2</b>	<b>As principais estratégias pedagógicas para atender os alunos com TEA .....</b>	<b>23</b>
<b>2.3</b>	<b>Abordagens educacionais na perspectiva inclusiva .....</b>	<b>26</b>
<b>2.4</b>	<b>Métodos de colaboração no contexto do atendimento aos alunos .....</b>	<b>28</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>32</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>36</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a Educação Especial e Inclusiva, delimitando ao título: As ações pedagógicas para os alunos com Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), trazendo uma realidade de escolas municipais de Zé Doca - MA. Ao refletir tal assunto, compreende-se que trata de uma condição do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento das pessoas diagnosticadas com essa condição (DSM-5, 2014)<sup>1</sup>.

O TEA é caracterizado por padrões repetitivos de comportamento, interesses restritos e dificuldade em compreender e expressar emoções. Alguns sintomas do autismo podem variar significativamente de uma pessoa para outra, assim como a idade em que eles se manifestam. Algumas crianças podem apresentar sinais precoces de autismo, como dificuldade em fazer contato visual ou em responder ao nome. Outras podem desenvolver sintomas mais tarde, como dificuldades de comunicação e interação social.

De acordo com a descrição da Organização Mundial da Saúde (OMS), o TEA é caracterizado por uma variedade de condições que resultam em dificuldades nas interações sociais, abrangendo tanto a comunicação verbal quanto a não verbal. Além disso, observa-se uma propensão a se envolver em atividades específicas de forma repetitiva.

Silva *et al.* (2012) nos apresenta de forma detalhada as características de uma criança com Transtorno do Espectro Autista. Segundo a autora, o TEA é um transtorno global do desenvolvimento infantil que se inicia antes dos 3 anos de idade e persiste ao longo da vida. Além disso, o TEA é caracterizado por sintomas que afetam as áreas de socialização, comunicação e comportamento, sendo a interação social a área mais frequentemente comprometida (Silva; *et al.*, 2012).

A tal síndrome, é considerado um espectro porque os sintomas podem variar de leves a graves e afetar as pessoas de diferentes maneiras. Algumas pessoas com autismo podem ter dificuldade em se comunicar verbalmente, enquanto outras podem ter um vocabulário avançado. Algumas podem ter comportamentos repetitivos como bater as mãos ou balançar o corpo, enquanto outras podem não ter nenhum comportamento repetitivo.

---

<sup>1</sup> DSM - do Inglês: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais).

Ao observar as instituições de ensino, da rede municipal de Zé Doca - MA, foi nítido em suas dependências, uma sala dedicada ao Atendimento Educacional Especializado - AEE. A reflexão dessa proposta foi investigar, de que forma as ações pedagógicas podem contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista? Uma hipótese para essa problemática é a utilização de ações pedagógicas adequadas e personalizadas, adaptadas às necessidades específicas dos alunos com TEA, contribuindo significativamente para a sua aprendizagem e desenvolvimento. Isso incluirá metodologias de ensino diferenciadas, utilização de recursos específicos e tecnologias assistivas, além de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo.

Neste contexto, como objetivos geral, este trabalho visa: investigar a efetividade das ações pedagógicas aplicadas aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas municipais de Zé Doca - MA, a fim de uma reflexão sobre a sua adequação e contribuição para a melhoria da educação inclusiva no município.

E como objetivos específicos: (i) Conhecer sobre as diretrizes governamentais, em âmbito nacional, voltadas para a Educação Especial e Inclusiva e com ênfase aos estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), as quais embasam o trabalho dos profissionais da educação envolvidos nessa área; (ii) Descrever as principais estratégias pedagógicas utilizadas para atender alunos com TEA nas escolas municipais de Zé Doca - MA, verificando sua efetividade e adequação para a aprendizagem desses alunos; (iii) Refletir acerca das abordagens educacionais aplicadas no suporte ao indivíduo com TEA, levando em consideração uma perspectiva inclusiva; e (iv) Compreender profundamente o papel da Educação Especializada e dos métodos de colaboração no contexto do atendimento aos alunos com TEA, levando em conta a interação com o conjunto da escola.

O Transtorno do Espectro Autista - TEA é um distúrbio neurológico que afeta a comunicação, interação social e comportamento do indivíduo, e, sabendo disso, a inclusão social de pessoas com autismo tem ganhado mais atenção nos últimos anos. No entanto, a educação inclusiva para alunos com autismo ainda é um grande desafio, especialmente nas escolas públicas, devido à falta de formação adequada dos profissionais da educação e à falta de recursos e estrutura para atendê-los de maneira eficaz.

Nesse contexto, o presente estudo propõe uma reflexão sobre a realidade de escolas municipais de Zé Doca - MA, no que diz respeito às ações pedagógicas voltadas para alunos com Transtorno de Espectro Autista. A escolha dessa localidade se dá em razão de Zé Doca ser uma cidade de pequeno porte e que enfrenta inúmeros desafios no que se refere à inclusão escolar.

A relevância social do estudo é evidente, uma vez que a inclusão desses alunos é um direito garantido por Lei e uma abordagem pedagógica adequada para esses alunos pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de suas habilidades sociais e cognitivas, melhorando sua qualidade de vida e aumentando suas chances de sucesso na vida adulta.

Portanto, o estudo se justifica pela relevância social do tema, pelo desafio das escolas públicas em lidar com alunos com TEA e pela necessidade de aprimoramento das ações pedagógicas para atender às suas necessidades específicas. A reflexão proposta pode contribuir para aprimorar as políticas públicas de inclusão escolar e a formação dos profissionais da educação, além de melhorar a qualidade de vida dos alunos com autismo.



## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A história da educação especial e inclusiva tem sido uma jornada complexa, moldada por mudanças sociais, políticas e culturais ao longo do tempo. Até o século XVIII, as pessoas com deficiências eram frequentemente excluídas da sociedade ou institucionalizadas, sem acesso à educação formal. Por volta do século XIX, surgiram alguns movimentos para o ensino de pessoas com deficiências, no entanto, era comum a criação de escolas separadas ou instituições especializadas, onde os métodos educacionais nem sempre eram adaptados às necessidades individuais. E nesse contexto é evidenciado em documentos normativos sobre a História da educação Especial e Inclusiva (Plaisance, 2015).









No início do século XX, surgiram abordagens mais progressistas e pesquisas que começaram a questionar a segregação: as ideias sobre a importância da educação adaptada e do potencial de aprendizado de todos, independentemente das diferenças. E somente a partir da década de 1970 que houve um movimento significativo em direção à inclusão, a Lei Educacional para Indivíduos com Deficiência - IDEIA, nos Estados Unidos (Peterson, 2006), o que foi um marco importante, garantindo o direito à educação pública e individualizada para crianças com deficiências. É conhecido que há diversos outros movimentos mundiais da Educação, a citar como a:








- Declaração Mundial de Educação - Conferência de Jomtie (1990)
- Declaração de Salamanca (1994)
- Política Nacional de Educação Especial (1994)
- E as Conversões de Guatemala (1999)

Esses documentos, entre outros, foram criados para direcionar as políticas educacionais inclusivas e igualitárias: destacando a importância do acesso, equidade e qualidade na educação; reforçando as necessidades de educação inclusiva para pessoas com necessidades educacionais; defendendo a integração delas em escolas regulares; estabelecendo diretrizes para garantir o acesso e a permanência desses alunos no ensino regular; e fortalecendo a educação em uma sociedade mais justa e inclusiva.

A educação especial e inclusiva desempenha um papel fundamental, garantindo que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças e necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Para o contexto da educação brasileira, temos, em ordem cronológica, os seguintes documentos norteadores:

**Tabela 1:** Documentos norteadores sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil

DOCUMENTOS	DISPONÍVEL EM:	
Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. <b>Decreto No 3.298, de 20 de dezembro de 1999.</b>	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm</a>	
Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. <b>Decreto no 5.296 de 2 de dezembro de 2004.</b> (Alternando Lei de 2000).	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm</a>	
BRASIL. <b>Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.</b> Brasília: MEC / SEESP, 2001.	<a href="http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf">http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf</a>	
BRASIL. <b>O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da regular.</b> Ministério Público Federal, Brasília: Procuradoria dos Direitos do Cidadão, 2004.	<a href="https://media.campanha.org.br/semanadecaomundial/2008/materiais/SAM_2008_cartilha_acesso_alunos_com_deficiencia.pdf">https://media.campanha.org.br/semanadecaomundial/2008/materiais/SAM_2008_cartilha_acesso_alunos_com_deficiencia.pdf</a>	
BRASIL. Meio legal de comunicação e expressão a Libras. <b>Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005.</b>	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm</a>	
BRASIL. <b>Direito à educação:</b> subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC, 2006.	<a href="http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf">http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf</a>	
BRASIL. <b>Marcos político-legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.</b> Brasília, 2010.	<a href="http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=6726-marcos-politicos-legais&amp;Itemid=30192">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=6726-marcos-politicos-legais&amp;Itemid=30192</a>	
Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. <b>Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.</b>	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm</a>	

<b>Plano Nacional de Educação:</b> determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Lei nº 13.005 de 2014.	<a href="https://pne.mec.gov.br">https://pne.mec.gov.br</a>	
Inclusão da Pessoa com Deficiência. <b>Lei N. 13.146, de 6 de julho de 2015.</b>	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm</a>	
BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular - BNCC.</b> Brasília: 2017.	<a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br">http://basenacionalcomum.mec.gov.br</a>	
BRASIL. <b>Documento Curricular do Território Maranhense - DCTMA,</b> 2018.	<a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_ma.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_ma.pdf</a>	
BRASIL. <b>Grafia Braille para a Língua Portuguesa.</b> Brasília: MEC, 2018.	<a href="http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104041-anexo-grafia-braille-para-lingua-portuguesa/file">http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104041-anexo-grafia-braille-para-lingua-portuguesa/file</a>	
BRASIL. <b>Regulamentando a PNEE 1994, estabelece a Política Nacional de Educação Especial - PNEE:</b> Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília: 2020 <sup>2</sup> .	<a href="https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/PNEE_revisao_2808.pdf">https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/PNEE_revisao_2808.pdf</a>	
BRASIL. <b>Política Nacional de Educação Especial:</b> Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília: 2023.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm</a>	

**Fonte:** Resultado da pesquisa (2023)

O foco na inclusão cresceu globalmente, com mais países adotando políticas que favoreciam a educação inclusiva. E no Brasil o reconhecimento das necessidades individuais e a implementação de programas de apoio se tornaram mais comuns. Hoje, há uma ênfase crescente na educação inclusiva, não apenas como um direito, mas como um benefício para toda a sociedade. A abordagem está centrada na adaptação do ambiente educacional para atender às necessidades individuais, promovendo a diversidade e a aceitação de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. E a educação inclusiva está em constante evolução, buscando oferecer igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade para todos.

<sup>2</sup> A Política Nacional de Educação Especial – PNEE (BRASIL, 2020) foi revogada pelo Decreto Nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023.

## 2.1 Diretrizes governamentais sobre o TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma preocupação de saúde pública, e governos em todo o mundo têm implementado diretrizes e políticas para lidar com os desafios relacionados a essa condição. As diretrizes governamentais sobre o TEA variam de país para país, e, muitas vezes estão em constante evolução para melhor atender às necessidades das pessoas e suas famílias. Em geral, essas diretrizes têm como objetivo oferecer suporte, orientação e recursos para garantir a inclusão, educação, saúde e qualidade de vida para pessoas dentro do espectro autista.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014) consolidou essas categorias sob o termo TEA, reconhecendo a diversidade de manifestações dentro desse espectro. Isso ressalta a complexidade do espectro a necessidade de uma compreensão ampla e inclusiva das suas diversas formas:

O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger (DSM-5, 2014, p. 97)

Durante o restante desse trabalho, por ser uma definição bastante abrangente e reflete a complexidade do espectro autista, adota-se apenas pelo termo TEA. No DSM, na 5ª edição (2014) apresenta uma ampla gama de condições que antes eram consideradas de forma separada, mas agora são compreendidas dentro de um espectro único.

Ao reconhecer essa variedade, reconhece-se também a diversidade de características e necessidades entre indivíduos autistas. Isso ressalta a importância de abordagens personalizadas e compreensão individualizada ao lidar com o autismo, considerando suas diferentes manifestações e níveis de funcionamento.

Nas diretrizes da Educação, a condição desse espectro inclui estudantes em escolas inclusivas, programas educacionais adaptados, capacitação de professores para atender às necessidades específicas das pessoas com TEA e acesso a recursos de apoio. No Brasil, isso é previsto a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, N. 12.764/12 (Brasil, 2012). Nessa Lei, cita no Art. 7º, que:

O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. (Brasil, 2012).

Essa informação indica que no Brasil, segundo a legislação vigente, gestores escolares ou autoridades competentes que se recusarem a matricular um aluno com TEA estão sujeitos a penalidades legais. Essa medida reflete o compromisso com a inclusão e igualdade de oportunidades na educação para todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

Em 2020, foi alterado a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996 (Lei da Gratuidade dos Atos de Cidadania), para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - Ciptea (Brasil, 2022).

Essa carteira visa garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade nos serviços públicos e privados, especialmente em saúde, educação e assistência social. Ela conterá informações essenciais, como dados pessoais, fotografia, identificação do responsável legal, e terá validade de 5 anos, facilitando o acesso a direitos e serviços para pessoas com esse transtorno. Além disso, estabelece a possibilidade do uso do símbolo mundial da conscientização do autismo em estabelecimentos para identificar a prioridade de atendimento às pessoas com esse transtorno (Brasil, 2022).

**Imagem 1** - Exemplo de Carteira de Identificação do Autista



**Fonte:** <http://www.diariodaserra.com.br> - Disponível em 11/04/2023

No Estado, o Centro de Apoio Operacional de Proteção à Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência (CAO-PIPD) do Ministério Público do Maranhão (MPMA) emitiu uma Nota Técnica, destacando a prioridade de atendimento aos pais de pessoas com TEA conforme a Lei Estadual nº 11.911 (Maranhão, 2023).

Segundo o coordenador do CAO-PIPD, promotor de justiça Alenilton Santos da Silva Júnior, o objetivo da nota é promover a construção e efetivação dos direitos e garantias fundamentais da pessoa com autismo, contribuindo com o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e acessíveis (Diniz, s/p, 2023).

A nota referenciando a Lei Estadual (Maranhão, 2023) e a Lei Federal (Brasil, 2022) para garantir o atendimento adequado e inclusivo, esclarece também que os pais podem usufruir da prioridade mesmo na ausência do autista, desde que apresentem documentos que comprovem a condição do dependente. E incentiva a busca por alternativas para emitir o “RG+” (identidade civil para TEA) e a ampliação da prioridade de atendimento para outras deficiências nos postos do Viva Cidadão<sup>3</sup>.

Garantir o acesso a serviços de saúde e educação é outra prioridade nas diretrizes governamentais. O governo deve garantir que as famílias tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, incluindo terapias comportamentais e de fala (Dawson *et al.*, 2010). Além disso, a inclusão das crianças com TEA nas escolas regulares é um objetivo importante, e políticas de inclusão devem ser implementadas e monitoradas (Zablotsky *et al.*, 2017).

As famílias de alunos com TEA frequentemente enfrentam desafios significativos. Portanto, as diretrizes governamentais também devem incluir medidas de apoio às famílias. Isso pode envolver o acesso a grupos de apoio, serviços de responsabilidade e orientação sobre como lidar com os desafios do TEA (Brooks; *et al.*, 2019). O governo também desempenha um papel importante no financiamento e no incentivo à pesquisa sobre o TEA. É crucial entender melhor a causa do TEA e desenvolver políticas baseadas em evidências científicas (Baio; *et al.*, 2018).

A conscientização pública e a redução do estigma associado a essa condição também são metas importantes das diretrizes governamentais. Campanhas de conscientização podem ajudar a promover a aceitação e a compreensão do TEA na sociedade em geral (Speaks, 2021). Em suma, as diretrizes governamentais sobre o TEA desempenham um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas por essa condição. O diagnóstico precoce, o acesso a serviços de saúde e educação, o apoio às famílias, a pesquisa contínua e a conscientização são componentes essenciais dessas diretrizes.

---

<sup>3</sup> O Viva Cidadão estabelece e mantém um novo padrão e modelo de prestação dos serviços públicos no Estado do Maranhão. Disponível em: <https://sedihpop.ma.gov.br/viva>, 2024.

## 2.2 As principais estratégias pedagógicas para atender os alunos com TEA

O número de diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) é cada vez mais comum, tornando crucial a implementação de métodos educacionais eficazes para atender adequadamente a esses alunos na educação inclusiva. A identificação envolve exames clínicos, diálogo com os pais e observação do comportamento infantil. No DSM-5 (2014), vem estabelecer alguns critérios para o diagnóstico de autismo. Segundo o portal NeuroSaber (2021) corroborando como o manual,

é preciso haver déficits persistentes na comunicação e interação social, comportamentos repetitivos e restritos para o diagnóstico de TEA. Como o espectro é um transtorno complexo, com diferentes graus e níveis de severidade, é importante que o diagnóstico seja realizado com cautela e por profissionais especializados. Quando os pais perceberem sinais que possam indicar uma possibilidade de autismo, a recomendação é procurar ajuda. (NeuroSaber, 2021, s/p).

A importância das diretrizes do DSM-5 (2014) para o diagnóstico do autismo, ressaltando critérios cruciais e requer uma abordagem cuidadosa no diagnóstico, enfatizando a necessidade de profissionais qualificados para realizar essa avaliação. Encorajar os pais a buscarem auxílio ao identificar possíveis sinais de autismo é fundamental para garantir intervenções precoces e adequadas, contribuindo para o desenvolvimento e bem-estar das crianças dentro do contexto educacional e social.

Esse conhecimento é crucial na educação, pois, permite a implementação de estratégias específicas para atender às necessidades individuais dos alunos autistas, promovendo uma educação inclusiva e efetiva. Neste contexto, as principais estratégias pedagógicas para atender alunos com TEA, destaca-se na importância de uma abordagem individualizada e inclusiva.

Uma das estratégias pedagógicas fundamentais para atender alunos com TEA é a Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA. Segundo Franco (2018), a CAA engloba métodos e recursos que auxiliam a comunicação de indivíduos que têm dificuldades na fala ou na linguagem.

Para alunos com TEA, a CAA pode ser uma ferramenta crucial para expressar necessidades, emoções e pensamentos. A utilização de sistemas de comunicação visual, como quadros de comunicação, pictogramas e aplicativos de comunicação, tem se mostrado eficaz na promoção da comunicação efetiva para esses alunos (Gomes, 2019).

Além disso, por uma diferente questão, a proposta de Sartoretto e Bersh (2023) que vem oferecer uma abordagem inovadora e visualmente distintiva para a organização de cartões destinados à comunicação alternativa.

**Imagem 2** - Cartões de comunicação com símbolos gráficos representativos de mensagens



**Fonte:** Sartoretto; Bersh (2023)

Os cartões estão organizados por categorias de símbolos e cada categoria se distingue por apresentar uma cor de moldura diferente: cor de rosa são os cumprimentos e demais expressões sociais, (visualiza-se o símbolo “tchau”); amarelo são os sujeitos, (visualiza-se o símbolo “mãe”); verde são os verbos (visualiza-se o símbolo “desenhar”); laranja são os substantivos (visualiza-se o símbolo “perna”), azuis são os adjetivos (visualiza-se o símbolo “gostoso”) e branco são símbolos diversos que não se enquadram nas categorias anteriormente citadas (visualiza-se o símbolo “fora”). (Sartoretto; Bersh, 2023, s/p).

Nesse sistema, os cartões são meticulosamente agrupados por categorias de símbolos, cada uma identificada por uma cor de moldura única. Essa proposta demonstra uma valiosa contribuição para o campo da comunicação alternativa.

Ao atribuir cores específicas a diferentes tipos de palavras e expressões, a abordagem busca proporcionar uma comunicação mais acessível e eficaz para esses alunos, promovendo uma experiência inclusiva no ambiente educacional. Este método inovador não apenas reconhece a diversidade linguística, mas também se destaca por sua capacidade de adaptar-se às necessidades específicas de cada aluno com TEA.



Outra estratégia relevante é a Análise do Comportamento Aplicada - ABA<sup>4</sup>, que é um modelo de intervenção com base em evidências científicas (Smith, 2017). A ABA envolve a aplicação de técnicas de ensino, análise funcional do comportamento e reforçamento positivo para promover o aprendizado e a redução de comportamentos problemáticos. Para alunos com TEA, a ABA pode ser adaptada de acordo com suas necessidades individuais, focando no desenvolvimento de habilidades sociais, acadêmicas e de vida.

A intervenção precoce também é crucial no atendimento a alunos com TEA. Segundo Dawson e Burner (2018), a identificação e intervenção precoces podem melhorar significativamente os resultados a longo prazo para crianças com TEA. Programas de intervenção precoce, como o Modelo Denver de Intervenção Precoce, concentram-se no desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas em um ambiente estruturado e de apoio.

É importante destacar a relevância da sensibilização e capacitação dos professores no atendimento aos alunos com TEA (Ribeiro, 2019). Os professores desempenham um papel fundamental na implementação de estratégias pedagógicas eficazes. Portanto, é essencial que eles recebam formação adequada sobre o TEA, suas características e estratégias de ensino inclusivas. A formação contínua e o apoio da equipe escolar são componentes-chave para o sucesso da inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar.

Em conclusão, o atendimento aos alunos com TEA requer a implementação de estratégias pedagógicas específicas e adaptadas às suas necessidades individuais. A comunicação alternativa e aumentativa, a análise do comportamento aplicada, a intervenção precoce e a capacitação dos professores são elementos essenciais para promover o desenvolvimento e o sucesso desses alunos na educação inclusiva.

---

<sup>4</sup> ABA, do Inglês - Applied Behavior Analysis

### 2.3 Abordagens educacionais na perspectiva inclusiva

A inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas nas escolas regulares tem sido um desafio constante para o sistema educacional. Nesse contexto, diferentes abordagens educacionais têm sido desenvolvidas e implementadas com o objetivo de promover a inclusão efetiva desses alunos. Nesta sessão serão discutidas algumas das principais abordagens educacionais na perspectiva inclusiva, destacando suas características e contribuições para a promoção de uma educação mais igualitária e inclusiva.

Uma das abordagens mais amplamente reconhecidas na perspectiva inclusiva é a Abordagem Centrada na Pessoa. Essa abordagem se baseia na premissa de que cada aluno é único e possui suas próprias necessidades, habilidades e potencialidades (Ferreira, 2018). Portanto, o foco principal dessa abordagem é o desenvolvimento individualizado, levando em consideração as características de cada aluno. A Abordagem Centrada na Pessoa valoriza a diversidade e busca adaptar o ensino para atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo, assim, a inclusão plena.

Outra abordagem relevante na perspectiva inclusiva é a Abordagem Socioconstrutivista. Essa abordagem, fundamentada nas teorias de Vygotsky, destaca a importância das interações sociais e do contexto cultural na aprendizagem (Silva, 2017). Na perspectiva inclusiva, a Abordagem Socioconstrutivista valoriza a colaboração entre alunos com e sem necessidades especiais, promovendo a troca de experiências e o desenvolvimento de competências sociais (Gomes, 2021). Através dessa abordagem, os alunos são incentivados a aprenderem juntos, respeitando suas diferenças e contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo.

Além das abordagens centradas no aluno, a Abordagem *Universal Design for Learning* - UDL, também desempenha um papel significativo na promoção da inclusão educacional (Zerbato; Mendes, 2018). A UDL parte do pressuposto de que as estratégias de ensino devem ser flexíveis e adaptáveis, para atender às diversas necessidades dos alunos (Martins, 2019). Essa abordagem propõe a disponibilização de múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, permitindo que cada aluno escolha a maneira mais adequada de aprender (Fonseca, 2020). Assim, a UDL contribui para a eliminação de barreiras no processo de ensino-aprendizagem e para a construção de um ambiente inclusivo.

Outro enfoque importante é a Abordagem da Educação Inclusiva como Direito Humano. Essa abordagem enfatiza que a inclusão na educação não é apenas uma questão pedagógica, mas também um direito fundamental de todos os alunos (Lima, 2018). E ao adotar essa perspectiva, as escolas são desafiadas a garantir o acesso e a participação plena de todos os alunos, independentemente de suas características individuais (Oliveira, 2021). A Abordagem da Educação Inclusiva como Direito Humano fortalece a importância da inclusão como um imperativo moral e legal.

A essas abordagens educacionais na perspectiva inclusiva desempenham um papel fundamental na promoção de uma educação mais igualitária e inclusiva. A Abordagem Centrada na Pessoa valoriza a individualidade dos alunos, a Abordagem Socioconstrutivista enfatiza a colaboração e as interações sociais, a UDL busca a flexibilidade e a adaptabilidade, e a Abordagem da Educação Inclusiva como Direito Humano destaca a importância de garantir a inclusão como um direito fundamental.

## **2.4 Métodos de colaboração no contexto do atendimento aos alunos**

No contexto do atendimento aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a colaboração entre profissionais, familiares e a comunidade escolar desempenha um papel crucial para o desenvolvimento e a inclusão desses estudantes. Neste sentido, é essencial compreender e aplicar métodos de colaboração eficazes que promovam a adaptação do ambiente educacional e atendam às necessidades específicas desses alunos.

A colaboração interprofissional é fundamental para a promoção do sucesso educacional de alunos com TEA. Conforme destacado por Farias (2019), a atuação conjunta de diferentes profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e professores, permite uma abordagem holística no atendimento a esses alunos. Essa colaboração envolve a troca de informações, a definição de estratégias de intervenção e o acompanhamento constante do progresso do estudante. Além disso, a participação ativa dos pais ou responsáveis nesse processo é fundamental para garantir uma abordagem integrada e centrada no aluno (Gonçalves, 2018).

No que diz respeito à colaboração entre professores e profissionais de apoio, Silva (2021) destaca a importância de reuniões regulares de equipe, nas quais são discutidos os planos de ensino individualizados e estratégias de inclusão. Essas reuniões permitem que os professores compartilhem suas experiências e desafios em sala de aula, enquanto os profissionais de apoio contribuem com sua expertise técnica. Essa colaboração colabora para a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas, garantindo que o aluno com TEA tenha acesso a um ensino de qualidade.

A colaboração com a comunidade escolar também desempenha um papel significativo no atendimento aos alunos com TEA (Santos, 2017) ressalta que é essencial envolver diretores, coordenadores, funcionários da escola e colegas de classe nesse processo. A sensibilização da comunidade escolar para as necessidades específicas dos alunos com TEA pode contribuir para a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor. Além disso, a promoção de atividades que envolvam todos os alunos, como projetos de sensibilização e conscientização, pode fortalecer a aceitação e a compreensão das diferenças.

No que tange à colaboração com a comunidade externa, como clínicas de reabilitação e organizações sociais, Oliveira (2019) argumenta que parcerias estratégicas podem enriquecer o atendimento aos alunos com TEA. Por meio dessas parcerias, a escola pode acessar recursos adicionais, como terapias especializadas e programas de treinamento para professores. Essa colaboração amplia as possibilidades de oferecer um suporte abrangente aos alunos com TEA, considerando suas necessidades individuais.

A colaboração no contexto do atendimento aos alunos com TEA é um processo contínuo e dinâmico. É importante que todos os envolvidos estejam dispostos a aprender e a se adaptar, à medida que novas informações e estratégias surgem (Carvalho, 2020). A colaboração eficaz exige comunicação aberta, empatia e flexibilidade por parte de todos os participantes, com o objetivo de proporcionar aos alunos com TEA as melhores oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Conclui-se que na colaboração no contexto do atendimento aos alunos com TEA desempenha um papel central na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Através da colaboração interprofissional, envolvimento dos pais, interação com a comunidade escolar e parcerias externas, é possível criar um ambiente educacional adaptado às necessidades individuais dos alunos com TEA. Essa abordagem colaborativa contribui significativamente para o sucesso e a inclusão desses alunos no ambiente escolar.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e de campo. A revisão bibliográfica serviu como base teórica para embasar as análises e interpretações desta pesquisa. A revisão abrangeu estudos sobre estratégias pedagógicas eficazes para alunos com TEA, as diretrizes educacionais vigentes no Brasil, e as particularidades do Transtorno do Espectro do Autismo nas suas manifestações e necessidades específicas do contexto escolar.

E sobre a pesquisa de campo, inicialmente, foi realizada uma cuidadosa seleção de escolas municipais em Zé Doca - MA, considerando variáveis como tamanho da escola, localização geográfica e estrutura disponível para alunos com TEA. Os participantes foram identificados em colaboração com os gestores escolares, focando em professores e profissionais de apoio à educação especial.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, uma vez que se propõe a compreender as nuances e complexidades das ações pedagógicas para alunos. A pesquisa qualitativa permitiu uma imersão mais profunda no contexto estudado, explorando a subjetividade dos participantes e proporcionando uma compreensão mais rica e contextualizada das práticas pedagógicas. De acordo com (Malheiros, 2011) “a coleta de dados qualitativos é um processo que exige muito rigor do pesquisador, porque a observação do fenômeno estar certamente empregado pela história pessoal daquele que observa” (Malheiros, 2011, p. 188).

A amostra para esta pesquisa foi composta por 02 (dois) professores que lecionam nessas escolas municipais em Zé Doca - MA. E a seleção dos participantes baseou se em alguns critérios como tempo de serviço, idade e experiência na área da Educação Especial e Inclusiva.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário estruturado com 09 (nove) perguntas fechadas e 05 (cinco) perguntas abertas, desenvolvido especificamente para esta pesquisa (ver em Apêndice B). Que exploraram as percepções dos professores em relação às ações pedagógicas para alunos com TEA.

O questionário foi distribuído para os professores selecionados por meio de uma plataforma digital (*Google Forms*). Eles obtiveram um período determinado para preencher e enviar o questionário. Os resultados foram feitos por meio da análise de conteúdo. As respostas dos questionários foram organizadas em categorias relevantes para obter uma compreensão mais aprofundada das percepções dos professores em relação às ações pedagógicas para alunos com TEA em escolas municipais de Zé Doca - MA.

As considerações éticas foram seguidas, informando os participantes sobre o objetivo da pesquisa e seus direitos, garantindo anonimato e confidencialidade. A pesquisa foi conduzida de acordo com os princípios estabelecidos na resolução do Conselho Nacional de Saúde e as Normas de orientações da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Uma limitação deste estudo é que ele se concentrou-se apenas na perspectiva dos professores em relação às ações pedagógicas para alunos com TEA em escolas municipais de Zé Doca - MA. Outras perspectivas, como a dos próprios alunos, pais e administração escolar, não serão tão exploradas. Além disso, como a amostra é limitada aos professores das escolas, isso pode limitar a generalização dos resultados para outras áreas.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa estava planejada para ser conduzida em três escolas municipais em Zé Doca - MA, identificadas como escolas “A”, “B” e “C”. Entretanto, apenas duas professoras, representadas pela escola “A”, aceitaram participar do estudo ao concordar em responder o questionário proposto.

A escola “A”, está localizada na zona urbana da cidade, funciona em três horários: manhã (Ensino Fundamental - Anos Iniciais), tarde (Ensino Fundamental - Anos Finais) e noite (na Educação de Jovens e Adultos - EJA). A instituição é uma das maiores do município. Onde dispõe de uma boa estrutura física, oferecendo condições de funcionamento de qualidade.

O espaço físico da instituição “A” é composto por: 12 salas de aula, 1 secretaria, 1 diretoria, sala dos professores com banheiro, biblioteca, auditório, um pátio, 2 bebedouros, quadra poliesportiva, parquinho de diversão, cozinha e 10 banheiros, 1 preferencial e uma sala para atendimento especial. Conta também com rampas de acessibilidade em toda a escola. A mesma contempla 640 alunos matriculados e 62 professores distribuídos nos três turnos.

Quanto a população que fez parte desta amostra, daqui em diante sempre os dados serão analisados considerando as 02 (duas) professoras indagadas que aceitam participar da pesquisa. Ambos eram do sexo feminino, com faixa etária de 26 e outra de 35 anos e da mesma escola, porém trabalham em turnos diferentes atendendo no AEE nos anos iniciais do Ensino Fundamental à estudantes com necessidades especiais. Dentre elas, uma é graduada em Licenciatura em Letras e a outra formada no curso normal do Magistério <sup>5</sup>. E as mesmas atuam nessa área há dois anos.

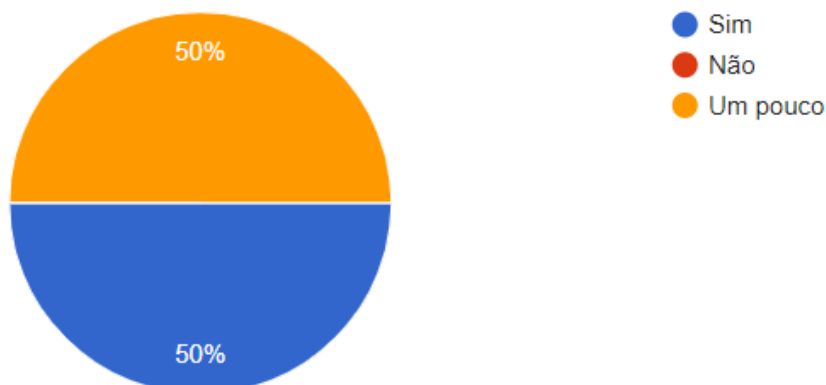
Foi questionado as participantes sobre seu conhecimento sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA): 50% responderam que “sim”, que tinha conhecimento e 50% responderam que “um pouco”, observadas no **Gráfico 1**. Então, é possível perceber ainda uma ausência de conhecimento sobre o TEA por parte de uma das participantes.

---

<sup>5</sup> O magistério é o curso profissionalizante em nível médio que capacita professores para lecionar na educação básica, abrangendo os anos iniciais.



**Gráfico 1** - Você possui conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

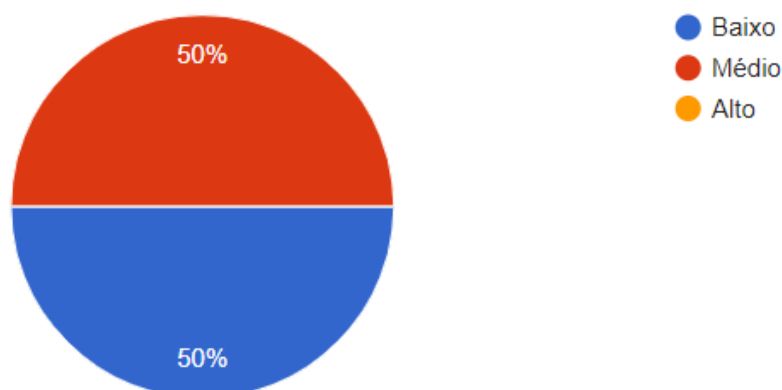


**Fonte:** Resultado da pesquisa (2023).

Posteriormente, as participantes foram indagadas sobre a recepção de alguma formação ou treinamento específico relacionado ao TEA, e ambas afirmaram que “não” haviam recebido tal capacitação. Ao examinar as respostas das docentes, torna-se evidente a falta de formação em relação às informações sobre o autismo. Essa lacuna destaca a importância de buscar mais informações para professores que lidam com crianças autistas, a fim de oferecer orientações pedagógicas apropriadas e prepará-los adequadamente para trabalhar com esse público específico.

Na sequência, o questionamento apontado foi sobre como é avaliado o nível de conhecimento em relação ao Transtorno do Espectro Autista: 50% expressam seu nível como “baixo” e 50% expressam-se de forma “médio”. Conforme apresentado no **Gráfico 2**.

**Gráfico 2** - Como você avalia o seu nível de conhecimento em relação ao Transtorno do Espectro Autista?



**Fonte:** Resultados da pesquisa (2023).

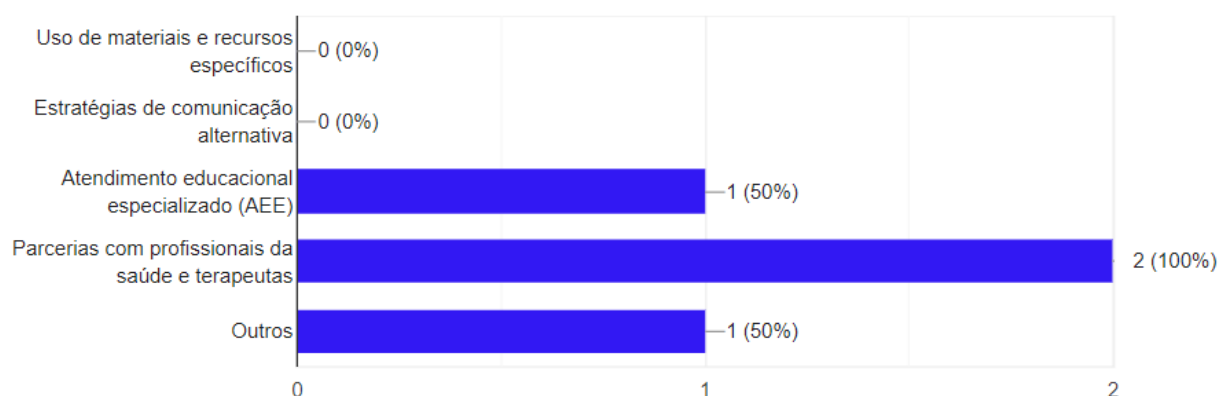
Em seguida, indaga-se sobre a escola possuir algum programa específico para atender as necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), umas das participantes respondeu que “Sim... contamos com uma rede de apoio como psicólogos, psicopedagogos, psiquiatra. Que é o CEAMEE, que a escola disponibiliza ajuda a esses alunos” (Resultado da pesquisa, 2023). E a outra participante respondeu que “não”. A partir desses relatos percebemos que as participantes dividem opiniões diferentes.

Como foi citado por uma das participantes, o CEAMEE (Centro de Atendimento Multidisciplinar da Educação Especial) é um órgão do município de Zé Doca - MA, formado por uma equipe multiprofissional como: psicopedagogos, psicólogos, psicanalista, assistente social, fonoaudiólogo e fisioterapeuta, com objetivo de alcançar e atender às demandas das crianças com necessidades especiais, matriculadas no ensino público regular.

Com isso, a indagação seguinte se referiu ao oferecimento de apoio pela escola sobre o desenvolvimento de ações pedagógicas para esses alunos e de que forma é avaliado, onde as participantes afirmam que a escola oferece “sim” apoio, todavia ambas discordam na forma que é avaliada essas ações, onde uma afirma ser “excelente” e outra aponta que é “regular”. E apesar dos esforços, “ainda deixa alguns pontos que podem melhorar” (Resultado da pesquisa, 2023).

Diante da exposição que propõe o questionamento sobre de que forma são realizadas as ações pedagógicas para alunos com TEA, os colaboradores afirmam que é por meio do Atendimento Educacional Especializado - AEE, 50%; parcerias com profissionais da saúde e terapeutas, 100%; e outros, 50%. Conforme o **Gráfico 3**.

**Gráfico 3** - Como são realizadas as ações pedagógicas para alunos com TEA na sua escola?



**Fonte:** Resultados da pesquisa (2023).

Mais adiante, as participantes foram questionadas se as ações pedagógicas atualmente aplicadas pela escola são efetivas para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com TEA. As mesmas apontam que “Sim”, porém suas respostas deixam um pouco a desejar, pois, ao decorrer das respostas que são dadas, é nítido um pouco de discordâncias de respostas entre ambas sobre o assunto que estão sendo questionadas.

Contudo, para finalizar o questionário que foi aplicado com base em busca de informações sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi indagado as integrantes sobre: “De que forma essas ações pedagógicas podem contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista?” E como resposta obteve-se tais dados:

Professora 1:

Sempre que procuramos um auxílio sobre de como lidar com a ansiedade e crises que os nossos alunos têm, temos os psicólogos que ajudam a controlar e assim conseguimos desenvolver atividades em sala de aula, sendo assim, eles conseguem acompanhar e desenvolver.

Professora 2

Contribuem de forma significativa, tendo em vista que é um grande desafio e estar sempre buscando novas estratégias para que o trabalho de ensino e aprendizagem mostrem um resultado satisfatório.

**Fonte:** Resultados da pesquisa (2023).

A análise dos relatos das respondentes evidencia que ainda enfrentam algumas dificuldades no entendimento do autismo e na habilidade de lidar com esses alunos. Isso também sugere que as docentes não estão plenamente preparadas para implementar práticas pedagógicas adequadas para esse grupo de educandos. É notável, em suas declarações as contradições e, em alguns casos, a dificuldade em responder a perguntas consideradas básicas para um docente que trabalhe com esse público específico.

## CONSIDERAÇÕES

Com base no exposto, levando em consideração os desafios identificados no estudo e a relevância do tema para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, é importante destacar a urgência de ações concretas para melhorar as práticas pedagógicas nas escolas municipais de Zé Doca - MA em relação aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A falta de conhecimento e formação dos professores expõem graves lacunas nos sistemas educativos locais. Tendo isto em mente, é importante que as instituições de ensino promovam programas de educação continuada, formando educadores para atender eficientemente às necessidades específicas dos alunos com TEA.

Além da educação, é importante conscientizar e divulgar informações sobre o TEA na comunidade escolar. Isso pode ser alcançado por meio de palestras, seminários e materiais educativos envolvendo pais e responsáveis de alunos, bem como profissionais da educação. Além disso, é desejável ter políticas abrangentes em vigor para garantir que os ambientes escolares possam ser adaptados às necessidades destes alunos. Isto inclui a implementação de recursos, estratégias pedagógicas especiais, a criação de espaços inclusivos e profissionais qualificados que garantam o pleno desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA.

Dessa forma, a superação dos desafios identificados neste estudo exigirá esforços dedicados das instituições de ensino, dos professores, dos profissionais de saúde e da sociedade em geral. Somente por meio de ações coordenadas e concretas poderemos transformar a realidade das escolas públicas de Zé Doca - MA, promover uma educação verdadeiramente inclusiva e garantir oportunidades iguais a todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L.; *et al.*, O processo de aprendizagem das crianças autistas e a inclusão social. **Recima 21**, vol. 3, n. 7, 2022.
- BAIO, J.; *et al.* Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years - Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2014. **Morbidity and Mortality Weekly Report**, 67(6), 1–23. 2018.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994
- BRASIL. **Lei Nº 12.764/2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília DF, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020**. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Brasília DF, 2020.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BROOKS, B. *et al.* Siblings of Children with Autism Spectrum Disorder: Parental Disclosure of Autism Diagnosis and Sibling Relationship. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 49(3), 1030–1042. 2019.
- CARVALHO, M. **Estratégias de mediação pedagógica no campo das habilidades motoras com um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no contexto de uma escola especial**. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.
- CARVALHO, M. **Educação Inclusiva: Práticas Pedagógicas e Políticas Educacionais**. Editora Universitária, 2019.
- COELHO, W. **Adaptações Curriculares para Educação Inclusiva**. São Luís: UEMAnet, 2018.
- DAWSON, G.; BURNER, K. Intervenção precoce para crianças com transtorno do espectro autista: oportunidades para o desenvolvimento. **Revista de Educação Especial**, 31(60), 211-225, 2018.
- DAWSON, G.; *et al.* Randomized, Controlled Trial of an Intervention for Toddlers With Autism: The Early Start Denver Model. **Pediatrics**, 125(1), e17–e23. 2010.

DINIZ, J. **MPMA emite Nota Técnica sobre lei que dá prioridade de atendimento a pais de pacientes com TEA.** Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/mpma-emite-nota-tecnica-sobre-lei-que-da-prioridade-de-atendimento-a-pais-de-pacientes-com-tea/> em: 14 abr. 2023.

DSM-5, **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** Abraham M. Nussbaum. 5ª ed. São Paulo: Artmed, 2014.

FARIAS, A. Colaboração interprofissional no atendimento a alunos com TEA. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 25(3), 389-400, 2019.

FERREIRA, L. Abordagem Centrada na Pessoa: Uma Perspectiva Inclusiva. **Revista de Educação Inclusiva**, 12(2), 45-58, 2018.

FONSECA, S. Universal Design for Learning: uma abordagem Inclusiva no Ensino. **Revista Educação e Sociedade**, 40(1), 127-143, 2020.

FRANCO, M. Comunicação alternativa e aumentativa (CAA) no transtorno do espectro autista (TEA): revisão de literatura. **Revista Includere**, 8(2), 106-115, 2018.

GOMES, A. Abordagem Socioconstrutivista na Educação Inclusiva: Desafios e Possibilidades. **Revista Inclusão e Diversidade**, 5(3), 75-88. 2021.

GOMES, A. Estratégias de ensino para alunos com Transtorno do Espectro Autista. **Inclusão**, 5(2), 124-133. 2019.

GONÇALVES, R. Envolvimento dos pais no atendimento a alunos com TEA. **Revista Educação e Inclusão**, 6(2), 73-85, 2018.

GRUPO EVOLUÇÃO. **Transtorno geral do desenvolvimento.** Disponível em: <https://grupoevolucao.com.br/livro/TGD/TGD.pdf>, s/d. Acesso: 10 de Agost. 2023.

INSTITUTO PARADIGMA. **Convenção da Guatemala:** Interamericana, 1999.

LIMA, P. Educação Inclusiva como Direito Humano: Princípios e Desafios. **Revista Direitos Humanos e Inclusão Social**, 7(1), 33-48. 2018.

MALHEIROS, B. **Metodologia da Pesquisa em Educação.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARANHÃO. **Lei N. 11.911 de 31 de março de 2023.** Prioridade de atendimento aos pais e/ou responsáveis de menores com Transtorno do Espectro Autista nos órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e instituições financeiras e dá outras providências. São Luís - MA, 2023.

MARTINS, R. Universal Design for Learning: Um Caminho para a Inclusão Educacional. **Revista Educação para Todos**, 14(3), 89-104. 2019.

MARTINS, S. Colaboração no atendimento a alunos com TEA: promovendo inclusão e sucesso educacional. **Revista Inclusão e Aprendizagem**, 10(3), 45-59, 2022.

MILANEZ, S. (org.). **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESP, 2013.

NEUROSABER. **Como é realizado o diagnóstico de TEA?**. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/como-e-realizado-o-diagnostico-de-tea/> Acesso: 07 abr. 2021.

OLIVEIRA, C. **Educação Inclusiva e Direitos Humanos: Interfaces e Desafios**. Editora Inclusão Social. 2021.

OLIVEIRA, C. **Parcerias com a comunidade externa no atendimento a alunos com TEA**. **Revista Inclusão Social**, 7(2), 120-134. 2019.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Autism spectrum disorders**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrumdisorders>. Acesso: 05 dez. 2023.

PETERSON, P. Inclusão nos Estados Unidos: filosofia, implementação e capacitação de professores. Ensaio. **Rev. Bras. Educ. Espcial**. 12(1), 2006.

PLAISANCE, E. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação**, 38(2), 231-238, 2015.

RIBEIRO, E. Abordagem Centrada na Pessoa e Inclusão Escolar: Práticas e Reflexões. **Revista Educação Inclusiva e Cidadania**, 6(2), 112-127. 2019.

RIBEIRO, J.; LUSTOSA, A. Tecnologia assistiva: atendimento educacional especializado de alunos com autismo na pandemia. **Revista Artes de educar**, Rio de Janeiro, 8(3) p. 667-688, set. -dez. 2022.

RIBEIRO, M. Formação de professores para à inclusão de alunos com transtorno do espectro autista: desafios e perspectivas. **Revista Educação e Emancipação**, 13(2), 42-56. 2019.

SANTOS, P. Colaboração com a comunidade escolar no atendimento a alunos com TEA. **Inclusão e Diversidade**, 4(1), 65-78. 2017.

Sartoretto, M; Bersch, R. **O que é a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)?** Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/ca.html>. Acesso em: 07 dez. 2023.

SILVA, J. **Abordagem Socioconstrutivista na Educação Inclusiva: Teoria e Prática**. Editora Pedagógica. 2017.

SILVA, M. Colaboração entre professores e profissionais de apoio para alunos com TEA. **Revista Educação Inclusiva**, 9(1), 120-135. 2021.

SMITH, J. Análise do comportamento aplicada: uma abordagem eficaz para o ensino de crianças com transtorno do espectro autista. **Psicologia em Pesquisa**, 11(1), 123-137. 2017.

SPEAKS, A. (2021). **Awareness and Impact**. Disponível em: <https://www.autismspeaks.org/awareness-and-impact>. Acesso em: 15 ago. 2023.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, 1990.

ZABLOTSKY, B.; *et al.* **Estimated Prevalence of Children With Diagnosed Developmental Disabilities in the United States, 2014–2016**. *Morbidity and Mortality Weekly Report*, 291, 1–8, 2017.

ZERBATO, A.; MENDES, E. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Revista Educação Unisinos**, São Paulo, vol. 22, núm. 2, abr.-jun. p. 147-155, 2018.



## APÊNDICE

### A) TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Campus Zé Doca

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado: “As ações pedagógicas para alunos com TEA: uma reflexão sobre a realidade de escolas municipais de Zé Doca - MA”, desenvolvida pela pesquisadora: **Carliene Gomes Pacheco** e seu orientador **Robson de Macêdo Cunha** (e-mail: robsoncunha@professor.uema.br), vinculados ao curso de Licenciatura em Ciências Biológica, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA / Campus Zé Doca.

Esta pesquisa tem como objetivo: investigar a efetividade das ações pedagógicas aplicadas aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas municipais de Zé Doca - MA, a fim de refletir sobre a sua adequação e contribuir para a melhoria da educação inclusiva no município.

Dessa forma, aceito participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa com objetivos estritamente acadêmicos. Minha colaboração se fará de forma anônima, e que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções, ou constrangimentos. E, atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Assinatura do participante:

---

Zé Doca - MA 21 de setembro de 2023

**APÊNDICE****B) QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA**

1. Qual é a sua escola?

**A, B, C**

2. Qual é o seu gênero?

**Masculino**

**Feminino**

**Outro (especifique)**

3. Qual é a sua faixa etária?

**18 a 25 anos**

**26 a 35 anos**

**36 a 45 anos**

**46 a 55 anos**

**Mais de 55 anos**

4. Qual é a sua formação acadêmica?

5. Há quanto tempo você trabalha como professor (a)?

6. Você possui conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

**Sim**

**Não**

**Um pouco**

7. Você já recebeu algum tipo de formação ou treinamento específico em relação ao atendimento de alunos com TEA? Se sim, qual(is)

**Sim** \_\_\_\_\_

**Não**

8. Como você avalia o seu nível de conhecimento em relação ao Transtorno do Espectro Autista?

**Baixo**

**Médio**

**Alto**

9. A escola possui algum programa específico para atender às necessidades dos alunos com TEA? Se SIM, qual (is)?

10. A escola oferece apoio no desenvolvimento de ações pedagógicas para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

**Sim**

**Não**

**Às vezes**

11. Como você avalia o apoio oferecido pela escola no desenvolvimento de ações pedagógicas para alunos com TEA?

12. Como são realizadas as ações pedagógicas para alunos com TEA na sua escola?

**Uso de materiais e recursos específicos**

**Estratégias de comunicação alternativa**

**Atendimento educacional especializado (AEE)**

**Parcerias com profissionais da saúde e terapeutas**

**Outros**

13. Na sua opinião, as ações pedagógicas atualmente aplicadas são efetivas para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com TEA?

**Sim**

**Não**

**Não tenho certeza**

14. De que forma essas ações pedagógicas podem contribuir para aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista?